

# **Quebrando o silêncio sobre a relevância de Hélio Pellegrino: patrono da psicanálise brasileira socialmente compromissada**

LARISSA LEÃO DE CASTRO\*

Em que consiste, ao fim das contas, o miolo dessa marca latino-americana, tão forte que povoa a noite dos ditadores mais cruéis, e de que a prosa de Alejo Carpentier dá tão portentoso testemunho? Qual é o desenho primígeno, a matriz utópica da qual se origina uma cultura de cuja vitalidade falam com eloquência irresistível, escritores como Jorge Amado, García Márques, Antônio Callado, Carlos Fuentes, Cabrera Infante, Vargas Lhosa, Juan Rulfo, Ernesto Sábato e tantos outros grandes nomes, insonemente imolados à tarefa de sonhar por nós a cartografia de nossos poderes e esperanças? (PELLEGRINO, 1982, p. 152).

## **Introdução**

Hélio Pellegrino (1924-1988) nasceu em Belo Horizonte e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1952 para realizar sua formação psicanalítica, onde exerceu sua profissão até a morte. É uma das figuras históricas mais relevantes da psicanálise do século XX do país, fez parte da quarta geração do freudismo internacional, com vasta e original produção psicanalítica, a ponto de podermos afirmar a existência de uma perspectiva pellegriniana da psica-

---

\* Psicóloga social e Psicanalista. Doutora em psicologia Clínica e Cultura. Foi professora na área da Psicologia Social e Psicanálise na Universidade Federal de Goiás (UFG/REJ), Regional Jataí. Pesquisa principalmente as seguintes temáticas: subjetividade, cultura, psicanálise, educação, violência, fundamentos teóricos e projetos políticos de sociedade.

nálise, que deveria ser formalmente considerada dentre os autores da Teoria das Relações Objetivas, na historiografia da psicanálise.

Em estudo de doutorado, cheguei à constatação e desenvolvi a hipótese de que as tendências presentes no pensamento do autor marcam uma perspectiva própria da psicanálise, com continuidades e rupturas com a teoria freudiana, bem como com continuidades e rupturas com a teoria kleiniana e fairbairniana.

Além da vasta produção psicanalítica, a exemplo de mais de 140 trabalhos manuscritos e datilografados abrigados no Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), no Rio de Janeiro, o autor também foi escritor, poeta brasileiro, teólogo, cientista político, deixando um legado não só para o campo da psicanálise, mas para o campo da poesia, da filosofia política, da teologia, do jornalismo, do que veio a ser denominado por Reforma Psiquiátrica brasileira, bem como de diversas conquistas democráticas e civilizatórias do Brasil.

Na literatura psicanalítica, notamos um campo de pensamento sobre o funcionamento perverso da sexualidade humana. Contudo, sobretudo nas últimas décadas, surgiram contribuições importantes a partir do novo conceito de *perversão social*, com grande alcance para se pensar o laço social e modalidades de sofrimento da atualidade que chegam à clínica psicanalítica.

No Brasil, o escritor Hélio Pellegrino pode ser considerado um expoente na construção de um pensamento sobre a perversão a partir do conceito de *sintoma social*, a partir de suas indagações sobre os problemas presentes na realidade brasileira. O autor trabalha a proposição desse conceito, bem como noções de *estrutura social perversa*, *pacto social perverso*, *capitalismo selvagem perverso* para designar uma estrutura econômica e social que organiza uma sociedade de forma patológica e está necessariamente na origem de diversos sintomas sociais, que ganham proporções epidemiológicas, tais como o sintoma da criminalidade, da homofobia, do machismo, do racismo, da estruturação dos manicômios e das prisões na sociedade brasileira, expressando ódio de classe, violência, exploração e exclusão contra o(a) trabalhador(a) e, sobretudo, contra o pobre.

Podemos mencionar o texto *Psicanálise da criminalidade brasileira: ricos e pobres*, de 1984, como um dos mais ilustrativos desta sua análise, ao

diferenciar crime de criminalidade, evidenciando que as modalidades de criminalidade, quando se repetem de forma sintomática e ganham proporções epidemiológicas, revelam-se sintomas sociais e são expressão de um protesto social perverso diante de um poder e de uma estrutura social perversa que os gera e os alimenta. Dessa forma, analisa os aspectos micro e macrosociais na origem de sintomas sociais perversos na sociedade brasileira.

Guardadas as diferenças e o escopo de análise, poderíamos dizer que, na mesma tradição de análise da perversão no campo social, podemos considerar o psicanalista Contardo Calligaris, outra figura na corrente de pensamento sobre o *laço social* e sobre a clínica a partir de sua propositura do conceito de *perversão social*. Seu trabalho é uma referência para a análise das circunstâncias, no nível micro e macrosocial, que estão na origem da compulsão à submissão e à paixão instrumental.<sup>1</sup>

Hélio Pellegrino foi um baluarte no desenvolvimento de noções e conceitos originais como *pacto edípico*, *pacto social*, *sintoma social*, *pacto social perverso* na estruturação do trabalho no capitalismo, *pacto social humanizador*, *formas de estruturação do desejo e da lei no pacto edípico e no pacto social*; o que faz com que a perspectiva pellegriniana da psicanálise deva ser reconhecida como valiosa não só dentre as vertentes dos autores da Teoria das Relações Objetivas, como também dentro da tradição das diferentes interpretações do Pensamento Social no Brasil.

Desse modo, quebrems o silêncio e celebremos o centenário do seu nascimento. Ao mesmo tempo, constatemos ser digno de reflexão o dado curioso de que, por mais que haja poucos estudos sobre Hélio Pellegrino ou sobre suas interpretações no campo das ideias, dentro desse pequeno conjunto, a maioria parte de interesses da área dos estudos literários, jornalísticos ou sobre religião e política, ou seja, campos do saber externos à psicanálise que inclusive reconheciam que sua produção intelectual mais brilhante se deu na psicanálise. No entanto, após mais de 30 anos de sua morte, não há sequer um estudo dedicado à produção do autor nesta área na produção universitária; embora seja um baluarte em demonstrar a relação entre a éti-

---

1. Me refiro a obra lançada postumamente (CALLIGARIS, 2022).

ca da psicanálise e o resgate da humanidade do homem, a democracia, a luta pela sobrevivência de todos.

Para a psicanálise, dentre outros elementos, destacaria a originalidade de seu pensamento em torno das teorias do Complexo de Édipo na psicanálise, em torno dos elementos subjetivos e objetivos que mantêm a coesão de um processo civilizatório humanizador ou provocam a sua ruptura por um pacto social perverso. Além disso, é um autor indispensável na demonstração dos elementos de articulação e solidariedade entre o pacto social e o pacto edípico no nível social e intrapsíquico.

Enquanto articulista e ensaísta, suas publicações em jornais e revistas formam um universo à parte em sua trajetória, ao ponto de a pesquisa de doutorado identificar uma lacuna e possibilidade de estimular o desenvolvimento de pesquisas específicas sobre o vasto conjunto delas. Para se ter uma ideia, a Biblioteca Nacional abriga vasta produção de artigos do autor, a partir dos quais ele denuncia e analisa diferentes sintomas sociais no Brasil, a partir de sua perspectiva psicanalítica e social. Esse conjunto, por sua vez, deu origem a uma seleção, realizada por Pellegrino, de 59 artigos publicados entre 1968-1988, no *Jornal do Brasil* e na *Folha de São Paulo*, para formar o livro *A burrice do demônio*, editado meses após sua morte.

Conforme a biografia elaborada pelo jornalista Paulo Pires (2004), entre 1953 e 1954, é convidado para ser colunista e escrever sobre as descobertas da ciência. Assim, já se identifica a função que Pellegrino começa a desempenhar de transmissão e popularização da psicanálise, retirando-a dos redutos elitistas e fechados aos problemas urgentes do seu tempo para discutir problemas sociais, políticos, psíquicos, filosóficos, teóricos e literários. Passou a ser reconhecido como “repórter científico”, desde o trabalho na seção *ciência sem mistérios*, do famoso semanário *Flan*, com colegas como Vinicius de Moraes e Dorival Caymmi.

Há quem diga que o autor encontrou nesta ciência um lugar síntese para o seu dom de escrita. Sua desenvoltura com a palavra escrita e oral era notória. A este respeito, vale o resgate da fala de uma pessoa na plateia, em um bate papo gravado com Fernando Sabino e Hélio Pellegrino, na qual faz a seguinte pergunta e Pellegrino responde em seguida:

Você é um escritor poderoso, sem nenhuma concessão. Um amigo meu radicalizou e disse: Da geração do Otto, do Fernando Sabino e do Paulo Mendes Campos, o Hélio Pellegrino é o melhor escritor. Gostaria que você falasse um pouco da sua relação intencional com a palavra [...] demorada, parida aos poucos, um artigo a cada 15 dias.

– [...] os elogios não posso subscrevê-los porque esse aqui é um mestre da literatura brasileira e eu sou um pobre marques [...] o que eu posso dizer é que tudo o que eu escrevo me custa muito. Eu sofro muito para escrever porque a página em branco para mim é uma incógnita, é um enigma [...] E eu comparo o ato de escrever, desde que você escreva com a víscera, com uma aventura de nascimento. De repente você fica questionado no sujeito que você é. Porque como nós somos projeto, de repente, na hora de escrever, você tem que realizar o projeto de seu artigo, o projeto de seu poema [...]. De modo que, isso está bem observado, se as pessoas percebem eventualmente, num ou outro artigo que eu escrevo, uma tensão, isso é perfeitamente bem percebido. Eu não escrevo fácil.<sup>2</sup>

Também é notável a constatação de outras áreas do conhecimento – como as artes, a literatura, o jornalismo e a esfera política – que reconhecem a contribuição de Hélio Pellegrino para o Brasil; sobretudo para a psicanálise, referindo-se a ela como, nas palavras de Pires (2004, p. 43): “[...] uma das mais notáveis sínteses intelectuais de sua vida”. Encontrou uma confluência entre o objetivo desse ofício e ao qual dedicou a sua vida:

Tinha um único objetivo, quase obsessão: lutar pela libertação de tudo o que, sendo imposto ao Homem, o faz sofrer e apequena a sua vida (...). Na psicanálise, finalmente, tentava a síntese disso tudo, com a ideia de abrir o divã ao rico e ao pobre, unidos na sua generosa convicção de que libertar-se interiormente não é privilégio, mas direito fundamental, passo decisivo de uma existência digna. (PIRES, 2004, p. 7-8).

---

2. *Fernando Sabino e Hélio Pellegrino, Edição Histórica 1987*. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=z9aFd8\\_lgdc](https://www.youtube.com/watch?v=z9aFd8_lgdc)>.

Dito isto, na esteira da constatação de João Batista, difícil é a tarefa de uma análise das tendências de uma vasta produção cultural e teórica como a de Hélio Pellegrino. Portanto, de saída, tendo abandonado a pretensão de esgotar as possibilidades de pesquisas sobre este autor, este trabalho se restringe a dar um primeiro passo, com o intuito de resgatar uma memória sobre o valor destas construções, bem como despertar a necessidade de estudos sobre os seus escritos. Aqui, opto por limitar-me a acrescentar algumas novas considerações e a resgatar dois recortes do trabalho de pesquisa da tese de doutorado (CASTRO, 2021), aqui transcritos: situar o leitor quanto à relação entre a sua trajetória de formação psicanalítica e algumas das contribuições conceituais que legou para o nosso campo<sup>3</sup>.

### **Engajamento pessoal contra as condições de objetificação do sujeito e encontro com a psicanálise como ciência da alteridade**

Por não existir ainda a opção de cursar uma faculdade de Filosofia em Minas Gerais, Hélio Pellegrino opta pelo ingresso na faculdade de Medicina no ano de 1942, seguindo a carreira trilhada por seu pai e posteriormente por seu irmão mais velho. Em 1944, aos 20 anos, participa da fundação da União Democrática Nacional (UDN), é seu dirigente e discute a fundação de uma Liga Intelectual Antifascista (PIRES, 2004).

Ainda este ano, integra – junto com Darcy Ribeiro, Otto Lara, dentre outros – o grupo de editores do jornal clandestino *Liberdade*, que se posicionava no combate ao fascismo, sob o risco de prisão num período de repressão à liberdade de expressão e à imprensa. Em 1945, quase ganha a eleição como candidato a deputado federal. Mas, por sua defesa da entrada da reforma agrária na agenda da UND ter sido negada, sai do partido e funda a Esquerda Democrática, em 1946, considerando o combate à fome do povo a maior premência a ser superada, bem como os problemas estruturais que assolam

---

3. O trabalho completo, fruto da tese de doutoramento, será publicado como livro, em setembro de 2024, com o título “*Hélio Pellegrino: por uma psicanálise política*”.

a estrutura desigual do capitalismo e que se expressavam em problemas sociais e políticos da época (PIRES, 2004).

Em 1946, conhece Mário Pedrosa, a quem considerava um mestre da relação entre liberdade e socialismo, o qual teve forte influência em sua formação política, sobretudo, enquanto editor da Vanguarda Socialista. Posteriormente, ele lhe apresenta o Partido dos Trabalhadores (PT), que começava a se formar e do qual Hélio Pellegrino será um dos fundadores, assinando o manifesto de fundação do partido, em 1980, junto com Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Lula, Apolônio de Carvalho, Henfil, Lélia Abramo, dentre outros (PIRES, 1998).

Um engajamento pessoal contra as condições que objetificam, oprimem e tolgem a condição de sujeito do ser humano marcou a escolha do autor pela psiquiatria e, em seguida, o desejo pela escolha do ofício da psicanálise. Para ele, o apreço pela escolha desta ciência passa por ver nela a presença do reconhecimento do outro enquanto totalidade, diferença, alteridade radical. É assim que passa a concebê-la, desde cedo, como é descrito por Pires:

Entender como Hélio Pellegrino virou Hélio Pellegrino é, em muito, entender a extensão e a gravidade dessa ideia de “encontro com o outro” [...] é tudo aquilo que escapa à nossa identidade e que, por isso mesmo, num ato primário de defesa, tendemos a rejeitar [...]. Aceitar esta diferença e sobretudo brigar por sua aceitação foi o fundamento das revoluções mais decisivas do século XX, do socialismo ao feminismo. Mas com minúscula e no plano da vivência mais imediata, o “outro” está mais ao alcance, é nosso próximo, a quem muito frequentemente negligenciamos atenção ou solidariedade. (2004, p. 25).

Em tom espirituoso, sua autocaracterização célebre como um “socialista histórico, eventualmente histórico” (PIRES, 2004, p. 25) é mais uma expressão do corte epistemológico da psicanálise e do marxismo, os quais se mantiveram presentes no posicionamento teórico do autor por toda a vida. As descobertas que considera fundamentais nessas ciências, bem como o corte epistemológico que representam, formam a leitura teórica da qual o autor parte para pensar os problemas e desafios à altura de nosso tempo.

Vale destacar, que a pesquisa de doutorado descobriu, no acesso às pastas dos Arquivos Pessoais do autor, presentes no Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que Pellegrino se ocupou com a tarefa de pensar uma epistemologia crítica no capó da psicanálise e do marxismo, sobretudo num primeiro período, da década de 1950 a 1970; o que permitiu reconhecer que o debruçar-se exclusivo sobre esse tema já daria uma outra tese. Isso fez com o estudo descobrisse em sua em seus escritos uma perspectiva freudo-marxista particular, brasileira/tupiniquim, sem nenhum demérito no termo, já que mantém diferenças do freudo-marxismo alemão de Adorno e sobretudo diferenças do freudo-marxismo presente em Marcuse. Com efeito, por haver no freudo-marxismo próprio de Hélio Pellegrino, isso ressoa em diferenciações conceituais que tece, por exemplo, entre os conceitos de *agressividade* e de *violência*, de *crime* e de *criminalidade*.

Um marco de sua escolha da psiquiatria e, posteriormente, da psicanálise como ofício contrário à objetificação do homem, ocorrido em 1943, pode ser revisitado em suas lembranças de uma aula de fisiologia nervosa da qual não se esquecerá:

O doente, com tabes dorsal, ao centro do anfiteatro escolar, era um velhinho miúdo, ex-marinheiro, vestido com o uniforme de Santa Casa, onde estava internado. Suas pernas, hipotônicas, atrofiadas, pendiam da mesa de exame como molambas inertes. Jamais me sairá da memória o antigo lobo do mar, exilado das vastidões marítimas, feito coisa, diante de nós... O velhinho, contrafeito, engrolava o seu depoimento, fustigado pelos gritos de – “fala mais alto” – com que buscávamos saciar nosso zelo científico. De repente, o desastre. Sem controle esfinteriano, o velho urinou-se na roupa, em pleno centro do mundo. Vejo-o pequenino, curvado para frente, tentando esconder com as mãos a umidade ultrajante. Seu pudor, entretanto, nada tinha a ver com a ciência neurológica. Esta lavrara um tento de gala e o sintoma foi saudado com ruidosa alegria, como um gol decisivo na partida que ali se trava contra a sífilis nervosa. O velho ficou esquecido como um atropelado na noite. A aula prosseguiu, brilhantemente ilustrada. Os reflexos e a sensibilidade cutânea do paciente foram pesquisados com mestria. Agulhas e martelos tocavam sua carne – essa carne revestida de

infinita dignidade [...]. Meu colega Elói Lima percebeu juntamente comigo o acontecimento espantoso. “O marinheiro está chorando” – me disse. Fomos três a chorar. Entre lágrimas e urina, nasceu-me o desejo de me dedicar à psiquiatria. O choro do velho, seu desamparo, sua figura engrouvinhada sobre a qual parecia ter-se abatido todo o inverno do mundo, tudo me surgiu de repente como grande tema de meditação, a partir de cuja importância poderia eu, quem sabe, encontrar um caminho. A meus olhos, a tabes dorsal integrou-se numa pessoa humana visada como um todo. Esta totalidade única e indissolúvel deveria poder tornar-se objeto de ciência. Já ouvira falar em Freud, nos abismos do inconsciente, na medicina psicossomática, que dava seus primeiros passos. (PIRES, 2004, p. 25-27).

Hélio Pellegrino retomou e desdobrou explicitamente a centralidade do compromisso social da psicanálise. A começar pela constatação primária e primordial de que o fundamento do nascimento da clínica psicanalítica está no compromisso com a diminuição do sofrimento humano; consistiu em reconhecer enquanto sujeito digno de escuta àqueles que eram relegados ao lugar de objeto pela ciência e pela sociedade, além de dar vez a conteúdos inconscientes que não tinham lugar na ciência; o que implicou em importantes descobertas do sujeito ser constituído não só pelo consciente – como a ciência acreditava até então –, mas principalmente pelo inconsciente; por instâncias em conflito. Além do reconhecimento de que, quando se trata de alguém, esse alguém não é um objeto, há um sujeito ali, portador de um sofrimento. Assim, é primária a identificação de que esse ofício é incompatível com um lugar de defesa da objetificação, coisificação ou anulação da capacidade do sujeito de se desenvolver e se diferenciar. É incompatível com uma postura de se omita diante da violação de direitos ou de anulação objetiva e subjetiva da população.

Dessa forma, o caráter subversivo presente na essência desse ofício importa o reconhecimento de que seu sentido primeiro é o compromisso de um trabalho com a alteridade, a linguagem, o poder libertador da fala, da escuta do sujeito do desejo, o que implica a escuta do diferente em si e no outro, a liberdade do pensamento crítico, e que, pelo contrário, a postura fria, neu-

tra, apolítica, opressora e subserviente, mantenedora de silenciamentos obscurantistas e da defesa da coisificação do ser humano é exatamente o oposto de uma postura analítica. Portanto, sustenta a análise de que há uma relação indissolúvel e substantiva entre psicanálise, democracia e política. Por isso, como se verá neste estudo, nota-se como o autor vai se tornando um precursor de uma perspectiva psicanalítica no Brasil que radicaliza a defesa da tese de que a essência da psicanálise é o seu compromisso social.

Coerente com essa perspectiva, o psicanalista, junto com Katrin Kemper, funda a primeira *Clínica Social de Psicanálise do Brasil*, em 1973, cujo projeto de trabalho foi democratizar o acesso à psicoterapia psicanalítica que atendesse – em suas palavras “[...] favelados, lixeiros, carteiros e outros profissionais que em situação normal jamais sonhariam em fazer análise [...]”. Sua criação foi uma aposta de um trabalho contra a distorção das descobertas e da teoria freudiana e contra o elitismo predominante no campo; aposta feita por Pellegrino e por um conjunto de psicanalistas.

## **Um patrono da psiquiatria libertária no Brasil**

Deparando-se com a forma violadora que os manicômios e a psiquiatria tratavam os pacientes, passa a escrever e a denunciar o sistema que estruturava os hospitais psiquiátricos no Brasil, bem como a presença de laudos de transtornos mentais às pessoas que eram vistas com potencial de protesto e transformação social, levantando a questão da projeção social da paranoia como instrumento de perseguição política no período da ditadura no Brasil, que buscou a estigmatização dos que eram contrários ao regime arbitrário, aprisionando-os não apenas nas prisões, como também nos manicômios. Os arquivos da FCRB reúnem um conjunto de trabalhos de testemunho histórico que analisam e denunciam a similaridade entre a violência instituída em diversas instituições no Brasil. Posteriormente, criticará também uma psicanálise complacente e elitista que dá importância teórica e prática à loucura dos ricos e é indiferente à loucura dos pobres. Sobre o tema, vale mencionar sua participação da Comissão Teotônio Vilela para as Prisões do Grupo Tortura Nunca Mais, realizando visitas aos manicômios da Colônia

Juliano Moreira, escrevendo relatórios e denunciando a existência destas instituições no Brasil.

Dessa forma, pela história de sua atuação e pela perspectiva teórica que representa passa a demonstrar o compromisso social como a própria essência da psicanálise, por vezes esquecida e obliterada. Passa a ser uma das referências para o movimento que posteriormente ficou conhecido como Reforma Psiquiátrica Brasileira e para a conquista histórica da progressiva extinção dos manicômios e substituição de seu modelo para o modelo de cuidado em liberdade, que entende como fundamental a garantia dos direitos de cidadania de todos como prática primordial de saúde.

Hélio Pellegrino fez parte dos autores do Pensamento Social Brasileiro que denunciavam a farsa de teorias que funcionam como negadoras da estrutura desigual e violenta do capitalismo e racismo no Brasil, como a teoria da democracia racial de Gilberto Freyre. Nessa esteira, realizou a análise e denúncia do sistema manicomial e prisional enquanto instituições destinadas a violentar, torturar, excluir e eliminar objetivamente e subjetivamente pobres e negros no país. Uma análise que perpassa seus trabalhos considera que há uma relação intrínseca entre a violência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a violência do racismo.

Não há aqui uma interpretação de que as classes dominantes conseguem obter seus objetivos por meio da cordialidade, mas sim por meio da violência. Resgata a análise de Darcy Ribeiro que caracteriza a classe dominante como inculta, egoísta e que se vale da delinquência para manter seus privilégios e as diferenças abismais de renda entre ela e a massa de trabalhadores. Posteriormente, analisará a formação de um pacto social perverso no capitalismo que obstaculiza, no âmbito da cultura e das instituições, a passagem da onipotência do desejo para um processo de socialização que permita o desenvolvimento da função alteritária do ser humano de abertura ao diferente, ao outro e ao reconhecimento recíproco em direitos e deveres.

Essas referências de trabalho e posicionamentos públicos formaram uma referência importante para a luta coletiva pela redemocratização do país no movimento conhecido por Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica Brasileira, que culminou, na aprovação da Lei 10.2016, de 2001, que preconiza o fechamento de todos hospitais psiquiátricos no Brasil e a substituição do

modelo manicomial – pautado na anulação, isolamento, exclusão, tortura e outras violações de direitos –, para o modelo de cuidado em liberdade, de base descentralizada, comunitária e territorial – que conta com fiscalização da qualidade de sua assistência e é pautado no fortalecimento de redes de apoio, no reconhecimento da alteridade e do lugar de sujeito de direito e de desejo da pessoa assistida – o que deve ser contemplado na elaboração do Projeto Terapêutico Singular, resguardando o direito à vida em sociedade.

A implantação progressiva do Sistema Único de Saúde (SUS), da Política Nacional de Saúde Mental, dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de todas conquistas do modelo substitutivo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que caracterizam a Reforma Psiquiátrica brasileira fazem com que seja reconhecida como uma das experiências mais exitosas no mundo, cuja singularidade também se fez por ser um dos únicos países do mundo nos quais a Reforma Psiquiátrica contou com expressiva participação da psicanálise. Além de termos, num país continental, um acúmulo de pesquisas científicas que demonstram a eficácia inequívoca de sua implantação e dos modelos de cuidado em liberdade, reveladora da verdade de que saúde mental se desenvolve pelas garantias do exercício de cidadania e nas experiências de cuidado em liberdade de base comunitária e não em práticas de isolamento ou exclusão.

Trinta e seis anos após sua morte, esse é o retrato do legado e dos desdobramentos de uma causa coletiva na qual Hélio Pellegrino foi referência importante, bem como da relação entre psicanálise e democracia.

Este legado não é só sonho, fez-se realidade e faz lembrar a verdade contida na frase de Darcy Ribeiro na qual afirma que “tem tão nítido o Brasil que pode ser, e há de ser, que me dói demais o Brasil que é”. Por que então negar a importância deste legado e junto dele, negar a importância dos autores que fizeram desta a causa de sua vida? Me valho do uso preciso das palavras de João Batista ao enfatizar que o “perverso negacionismo” ou, eu diria, a hegemonia de um pacto social perverso na estruturação da sociedade que insiste no esquecimento e negação de verdades históricas e exitosas, em suas palavras: “Esqueço, logo, nada existiu!”

Como bem escolhido como tema da última jornada do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro *Afinando a escuta: um enorme passado pela frente*, em

menção à fala de Millôr Fernandes, esse inconcebível passado institucional de violência e tortura retornou enquanto projeto de Estado do governo genocida de Bolsonaro. Pesquisas, como o recente Painel Saúde Mental: 20 anos da Lei 10.216/01, são inequívocas em apontar que os retrocessos da Reforma Psiquiátrica do último governo genocida não são por acaso, como não é por acaso um projeto acelerado de desmonte da saúde pública em geral, a ausência intencional do Estado em formular conhecimento sobre os rumos da Política de Saúde Mental, os objetivos da ausência de transparência de dados. Nessa esteira, não foi por acaso a tentativa do último presidente de vetar a homenagem da psiquiatra Nise da Silveira, enquanto cometeu crime de apologia à tortura, sem que lhe fosse imputada responsabilização e prisão, mas saiu impunemente ao chamar o torturador Ustra de herói nacional. Ou seja, apesar de as evidências científicas e históricas sustentarem a decisão de fechamento progressivo dos Hospitais Psiquiátricos e das Comunidades Terapêuticas do Brasil pela baixa qualidade de assistência e denúncias de violação de direitos, eles seguem com financiamento público, o que se agrava ao constatarmos o dado de que as Comunidades Terapêuticas tiveram o maior financiamento público da história do país, ao passo que nos últimos anos houve o menor índice de implantação de CAPS e outros serviços da rede psicossocial, houve uma queda do financiamento da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, houve o fechamento de Unidades de Acolhimento (UA), de leitos em hospitais gerais para atendimento de pacientes em crise psiquiátrica, de serviços Residenciais Terapêuticos, do Programa de Volta para Casa (PVC). (DESINSTITUTE, 2021).

Hélio Pellegrino fazia uma análise lúcida da omissão que estava presente na sociedade em geral. Na sua leitura, em verdade, o apoliticismo e o silêncio com relação a essas questões sempre se expressaram como conivência com os privilégios, a desigualdade social e a violência. Talvez por propor debater essas verdades e superar o atual estado de coisas, entre no rol desses autores esquecidos. Para o autor, a superação do racismo anda de mãos dadas com a abolição da lógica manicomial dos hospitais psiquiátricos e das instituições estruturadas pela mesma lógica. Isso implica reconhecer e tratar a desigualdade como o problema central a ser superado em todas as áreas e em todas as instituições, pois ela faz permanecer a lógica de direitos

para a elite e a lógica de objetificação para a maioria da população brasileira, sobretudo negra e pobre.

Assim, reitero o convite para todas e todos a lerem a fertilidade da reflexão conceitual do autor sobre tabus temáticos e sobre os conceitos fundamentais do campo psicanalítico; pois ele se ocupou dessa tarefa durante a sua vida. Na FCRB há mais de 140 trabalhos nos quais o autor desenvolve um pensamento acerca do *inconsciente* e da *consciência*, *da natureza e finalidades do aparelho psíquico*; abarcando uma concepção sobre a teoria da libido, as relações objetais e a qualidade das relações objetais na origem e desenvolvimento do psiquismo. Aqui, me restringirei a alguns recortes sobre o conceito de *transferência* e seu manejo na clínica e uma propositura original sobre o complexo de Édipo, pacto edípico e pacto social: três conceitos fundamentais que expressam uma síntese do pensamento psicanalítico do autor.

## **Conceito e manejo da transferência na análise**

Hélio Pellegrino parte da descoberta revolucionária de Freud de que os sintomas são expressões de linguagem e a análise consiste em tornar o inconsciente consciente pela via da interpretação, que é necessária, mas não suficiente, no sentido de permitir a desalienação e libertação dos objetos maus internalizados. Para ele:

A descoberta que Freud fez, de que os sintomas neuróticos e psicóticos são uma linguagem, representa uma contribuição imorredoura à compreensão do homem. E mais que isto: Freud inaugurou uma forma operacional de trabalhar essa linguagem e de transformá-la. Com isto, ele se tornou um campeão da liberdade humana, no sentido de ajudar o homem a desalienar-se, a possuir-se.<sup>4</sup>

---

4. Aqui, os textos de Hélio Pellegrino, abrigados na FCRB, são citados a partir da primeira frase, caso o leitor tenha interesse em encontrá-los em visita ao Museu de Literatura Brasileira. Este texto inicia-se com o título: *Cada época tem seu molde epistemológico*. FCRB, p. 8.

Enquanto psicanalista que enfatiza a história das relações objetais, Pellegrino se deterá na análise de que a dificuldade em lidar com os objetos reais está indissolúvelmente atrelada ao compromisso com os objetos internos bons e maus. Nesse sentido, considerará que para além de tornar o inconsciente consciente, os efeitos curativos na análise não estão nesse trabalho, por si, mas: “O que cura não é tornar consciente o inconsciente. O que cura é fazê-lo através de um encontro. O encontro é, ele sim, um valor pessoal. [...] A interpretação é só um meio de facilitar e ampliar a abertura do encontro.”<sup>5</sup>. Assume a posição de que a força curativa na análise está no encontro real do paciente com o analista e não reconhece que a consciência dos objetos internos é fator suficiente para libertação dos objetos maus. Em outras palavras, ressalta a importância da presença real do analista na esperança e coragem para se libertar e abandonar os objetos internos maus, sem o que a análise se torna interminável:

O ato de eu chegar a tomar consciência de meus fantasmas internos não significa que, *ipso facto*, eu me vá libertando deles. O que dissolve os fantasmas internos, a treva que os alimenta, é a luz do Outro e o calor do encontro com ele. É, portanto, a relação real, na análise, que vai curar o paciente, que vai lhe permitir libertar-se de seus objetos maus, em troca de uma relação com o real que lhe dê coragem, alento e estímulo para desligar-se destes mesmos objetos maus. Se a presença do analista, como objeto real, não estimular o paciente a abandonar seus objetos internos, fantasiados, teremos sem dúvida uma análise interminável, uma vez que a pura e simples consciência dos objetos internos não é um fator bastante forte para permitir que o paciente deles se liberte.<sup>6</sup>

Para o autor, esse processo só pode se desenvolver a partir de uma disposição do analista de doar sua liberdade ao paciente e atuar a partir do que conceitua por *silêncio ativo* e *espaço vazio*. Reporta-se ao sentido heideggeriano de cura e de procura humana ao analisar o processo de dissolução da

---

5. Hélio Pellegrino. *Fenômeno portentoso. Nada fica a dever a uma tragédia grega*. FCRB, p. 47.

6. Hélio Pellegrino. *O acontecimento decisivo na análise não é o encontro do paciente com seus objetos internos*. FCRB, p. 1, grifos do autor.

transferência a partir do silêncio e do espaço vazio para fora de sua estrutura fechada do desencontro, significando o defrontar-se com o desejo, com o diferente em si e no outro; com a inauguração de outras possibilidades, que envolve assumir-se enquanto pessoa, abrindo caminho para a relação do sujeito com o mundo e com o outro. Na sua leitura, a transferência, enquanto expressão do desencontro, não pode encerrar-se em si mesma, pelo contrário, a função do silêncio ativo, no manejo da transferência, para a escuta analítica, passa pela compreensão de que:

O silêncio e o vazio que transcendem a transcendência revelam a possibilidade de transcendê-la, e isto significa a inauguração de outras possibilidades que se contrapõem à impossibilidade de qualquer outra possibilidade, que define a estrutura de transferência, como sistema fechado, inerte e opaco ao novo.<sup>7</sup>

Para ele, o valor do silêncio no processo analítico adquire o sentido fértil enquanto possibilidade de rompimento da repetição, da falta de escuta presente nos sintomas. Mas o diferencia do silêncio que auxilia a repetição mórbida: “o silêncio, portanto, transcende o desencontro e, nesta medida, transgride a compulsão de repetição, o mecanismo, a prisão do passado. E se torna convite para a palavra nova: liberdade”. Contudo, para ele: “o paciente não é só transferência! Ele tem uma função do real! Sua capacidade de encontro é nossa grande aliada na análise. Por que descartá-la?”<sup>8</sup> E acrescenta que a: “fidelidade do paciente aos seus objetos internos é duríssima de superar. Ele só o poderá fazer na medida em que houver uma sólida e cálida relação real com o terapeuta”.<sup>9</sup>

Ao mesmo tempo, o silêncio ativo e amoroso não se confunde com discurso apologético desta transformação, mas é uma base que considera imprescindível para os efeitos do processo analítico, pois desconstrói uma tendência de frieza, neutralidade e impessoalidade que considera deformante no campo e um desserviço característico de análises intermináveis, ao mes-

---

7. Hélio Pellegrino. *Encontro é o defrontar-se de duas pessoas*. FCRB, p. 5.

8. Hélio Pellegrino. *O analista, na relação psicanalítica fecunda*. FCRB, p. 48-49.

9. Idem

mo tempo em que não se confunde com gratificações narcísicas por parte do analista. Em sua análise:

[...] o interesse caloroso do analista pelo crescimento de seu paciente – base indispensável de uma boa atmosfera empática e supratécnica... em nada invalida a necessidade de uma plena disciplina da relação terapêutica, na qual não cabem as gratificações, os reassuramentos, os apoios inúteis e as falsas tolerâncias que retardam o amadurecimento do paciente [...].<sup>10</sup>

Em seu acervo há importantes textos sobre a transferência e os elementos que podem fazer com que seu manejo seja realmente proveitoso para a pessoa atendida. Aborda também o tema das atuações interpretativas simbólicas – que só surtem bom efeito se planejadas terapeuticamente; discute e da maior relevância para a necessidade de comunicar a interpretação como probabilidade, trata da contraindicação da interpretação assistemática da transferência – partindo das experiências de Reich. Ou seja, discute com amplitude o tema do necessário cuidado na formação analítica que permita uma interpretação que não se confunda com uma interpretação assistemática, mas mantenha seu caráter de probabilidade, sendo verdadeira, planejada, mutativa e proveitosa no processo psicanalítico.<sup>11</sup>

## **Complexo de Édipo, pacto edípico e pacto social**

Diria que uma síntese teórica original e fértil mais notável de Hélio Pellegrino está na articulação entre a reformulação original que tece acerca do conceito de *complexo de Édipo*, o conceito do *pacto edípico* formulado por ele e a concepção nova que desenvolve sobre o conceito de *pacto social*. Nesta articulação encontramos uma leitura sobre os fundamentos que garantem a coesão do pacto edípico e do pacto social, seja no nível psíquico, seja no nível institucional e da estrutura social.

---

10. Hélio Pellegrino. *A interpretação: alguns problemas a ela relacionados*. FCRB, p. 257.

11. Hélio Pellegrino. *A interpretação: alguns problemas a ela relacionados*. FCRB.

O autor mantém e desdobra o valor universal do complexo de Édipo como a descoberta mais radical da psicanálise freudiana e marca a dimensão supraindividual dessa estrutura nuclear do psiquismo humano. Por isso se dedica à reflexão sobre linguagem inconsciente presente na estruturação do sujeito pelo *complexo de Édipo*.

Assim, há uma continuidade fundamental entre o pensamento de Pellegrino e o de Freud na ênfase que dará à centralidade da descoberta do complexo de Édipo que faz com que Freud faça a consideração de que o complexo de Édipo aufere o direito à psicanálise de constar entre as valiosas conquistas da humanidade (FREUD, 1940/1996). Ao mesmo tempo, Hélio Pellegrino problematizará essencialmente dois pontos de partida presentes em Freud para discorrer sobre fundamentos do processo civilizatório e sobre o mal-estar na civilização. Um deles é a concepção da origem antissocial do homem, a partir da qual desenvolve outro ponto de partida presente na concepção de que civilizar seja necessariamente reprimir, que se reflete em algumas linhas de pensamento sobre as origens e o desenvolvimento da agressão e da violência no campo da psicanálise.

O questionamento central acerca desses pontos de partida está na contraposição ao conceito subjacente que postula uma noção de Thomas Hobbes de *homem natural* ou de um *estado de natureza* antissocial do homem. Da mesma forma, problematiza o postulado de um estado de natureza tanto do ser humano, quanto da origem da sociedade neste autor e em Jean-Jacques Rousseau, o qual, por sua vez afirma o contrário: que o indivíduo é naturalmente bom e a sociedade o corrompe. O autor também problematizará a inversão desse postulado presente em Freud quando afirma que o ser humano é antissocial por natureza; assim como seu correlato de que, então, civilizar seja necessariamente reprimir; caracterizando-o como antirrousseau.

Hélio Pellegrino se contrapõe a essa visão de homem, criticando a conotação e os prejuízos que essas premissas ganham em diversas linhas de intervenção terapêutica no campo psicanalítico e que, em última análise, traduzem a concepção do homem ser, em estado de natureza, lobo do homem, com todos os prejuízos e implicações no que diz respeito ao lugar que o psicanalista ocupa no processo terapêutico. Assim, questiona que ela pode resvalar em um niilismo e omissão das responsabilidades terapêuti-

cas, além de uma naturalização ideológica de processos que são históricos e não naturais, tampouco instintivistas, biologicistas ou constitucionais.

## Revisão crítica de alguns conceitos do contratualismo

A partir da crítica da ideia de natureza humana e concepções sobre a origem do Estado em Thomas Hobbes e em Jean-Jacques Rousseau, Pellegrino desenvolverá um pensamento particular sobre as origens e o desenvolvimento da agressão e da violência no campo da psicanálise. A sua crítica é de que ambas as concepções podem resvalar em perspectivas subjetivistas e individualizantes de fenômenos sociais como a violência que, por sua vez, para o autor é, pelo contrário, expressão de um *sintoma social* de um tempo, fruto de uma construção histórica determinada de uma estrutura social predominantemente violenta, acumuladora de uma história de pactos perversos.

Nesse sentido, também considera insuficientes e descabidas as significações e a centralidade que o conceito de pulsão de morte ganha em algumas acepções da violência, se contrapondo ao conceito cartesiano de *estado de natureza* a partir do conceito de *possibilidade possível*:

Isto significa que a patogenia da violência, longe de ser explicável a partir de uma visão catastrofista da natureza humana, cruel e corrupta em seu miolo, tem raízes sociais e políticas que a tornam um fenômeno coletivo, passível de transformações – ou modificações – capazes de agravá-lo, ou atenuá-lo. Não resta dúvida que o crime habita o coração do homem, como possibilidade inarredável. Daí, entretanto, a convertê-lo em destino ontológico, apto a elucidar tanto as iniquidades da Baixada Fluminense quanto a delinquência política dos contras, na Nicarágua, [...] um abismo. Houve um tempo em que Eros e Tânatos – pulsões inatas do ser humano – eram capazes de explicar guerra e paz, vida e morte. A ser assim, nada se poderia fazer. As cartas estariam antecipadamente marcadas, para o amor e para o ódio [...].<sup>12</sup>

---

12. Hélio Pellegrino. *Os incêndios do nada*. FCRB, p. 1.

Temos em vista então que a perspectiva pellegriniana da violência rompe com os fundamentos que sustentam as teorias criadas pelos teóricos do contratualismo no campo da filosofia política e inaugura uma nova concepção a partir do conceito de *sintoma social* e *pacto social perverso*. Todas essas reformulações nesses dois campos advêm, então, de uma preocupação central em seus escritos de pensar os fundamentos da vida social que estruturam os sujeitos, as instituições e a sociedade, a partir de uma lei igualitária ou do poder arbitrário.

### **Fundamentos coesivos do processo civilizatório ao nível da sexualidade**

Pellegrino desenvolve uma contribuição particular e preciosa para a psicanálise a partir de alguns desdobramentos do conceito de *complexo de Édipo*, em torno da busca de se analisar quais são os elementos estruturantes do desejo humano e da internalização da lei fundada na igualdade, na alteridade, na humanização e na exigência de um estado de direito; ao passo que descortina a diferença definitiva presente na visão conservadora da lei, tida como equivalente ao poder arbitrário e seu vínculo ideológico com a manutenção de privilégios da classe dominante, cuja lógica é fundada na exploração, na violência, na imposição, na submissão, no adoecimento e no sofrimento dos sujeitos.

O autor repõe a questão do que funda processos de identificação e internalização com uma lei igualitária e libertária ou com o poder arbitrário. Enfatizará que Freud, em vários momentos de sua obra, permite essa reflexão sobre os processos históricos em causa. Freud busca descrever esse processo a partir do conceito complexo de castração que remonta aos processos pelos quais, notando-se o aparecimento dos desejos incestuosos e/ou parricidas nas crianças – que traduz as fantasias infantis universais –, fortes proibições surgem do pai, da mãe e outras pessoas que, com frequência, ameaçam o menino, por exemplo, dizendo-lhe que, se continuar com a busca de satisfação de seus desejos sexuais e/ou com a masturbação, seu pai vai cortar seu pipi ou algo que tenha valor equivalente para a criança, o que, na fase fálica, é a grande fonte de prazer.

A descrição freudiana ainda retoma o dado de que, imediatamente, esse tipo de ameaça não surte efeitos, porém, mediadamente, quando o menino constata que a menina não possui esse precioso objeto fonte de prazer, sente terror, entra em conflito, rejeitando essa constatação, pois a interpretação inconsciente é de que o seu pipi poderia ser cortado, como supõe que o dela o foi. Esse momento e os efeitos que daí advêm são denominados por Freud de “complexo de castração”. O menino, traumatizado com o que poderia acontecer com ele, internaliza as proibições, renunciando a seus desejos incestuosos em relação à mãe e dos seus impulsos assassinos em relação ao pai.<sup>13</sup>

Assim, para Freud, perpassando o complexo de castração, pela ameaça e temor, o menino abdica desses desejos em relação aos pais. Contudo, Hélio Pellegrino (1987) segue com a indagação do que confere o caráter estruturante do desejo no processo de internalização das leis advindas do mundo exterior e, com isso, principia uma importante análise:

[...] a ameaça não é o único elemento que confere à Lei seu poder de convicção – e conversão. A Lei não existe para aniquilar o desejo, aviltando-o ou degradando-o. Ao contrário, existe como gramática capaz de articulá-lo com o circuito de intercâmbio social. O menino, ao aceitar a interdição do incesto, tornando-se com isso candidato ao pleno estatuto de sócio da sociedade humana, tem o direito – ao qual corresponde um dever social – de viver um processo fecundo e favorável de socialização, no qual estejam inscritas as inalienáveis prerrogativas de alimentação, saúde, moradia, educação – e carinho. (PELLEGRINO, 1987b, p. 195-205).

O autor então chega à formulação do elemento que confere dignidade à lei: é o seu caráter de mão dupla, de reciprocidade, presente no que vai conceituar por *pacto edípico* que denota a função da internalização de uma lei igualitária. Esta, ao reprimir o imprescindível para o processo de humanização, possibilita a passagem da dependência infantil para a dependência madura no nível da sexualidade e confere abertura para o desenvolvimento da criança nas relações com o outro fora do círculo familiar, torná-la capaz

---

13. Hélio Pellegrino. *Os incêndios do nada*. FCRB, p. 203.

de assumir suas diferentes posições, reconhecendo o diferente em si e no outro. De forma correspondente, considera que:

A lei da Cultura é, em sua essência, um pacto, um toma-lá-dá-cá, um acordo pelo qual a criança é introduzida como aspirante a sócia da sociedade humana. Ela adquire, pelo Édipo, um lugar na estrutura de parentesco, ganha nome e sobrenome, tem acesso à ordem do simbólico e, portanto, à linguagem, liberta-se da excessiva dependência à mãe e se torna capaz de iniciar sua aventura humana, como inventora dos caminhos do seu desejo. O Édipo é um crivo crucial. Através de sua estrutura se constitui o modelo básico de intercâmbio entre o ser humano e a sociedade, pela definição de deveres e direitos (PELLEGRINO, 1984, p. 6).

Ou seja, considerará que o modelo básico do complexo de Édipo é o protótipo de situações análogas na estruturação do psiquismo nas diferentes etapas do processo de socialização, sobretudo marcadas pelo processo educativo a partir das instituições formais de ensino e pela centralidade dos pactos presentes na estruturação do trabalho (PELLEGRINO, 1984, p. 6).

Em termos de fases do desenvolvimento, se reporta àquela na qual a criança nasce enquanto ser simbólico e começa a se amar a partir do amor, da imagem e da figura do primeiro cuidador – frequentemente a mãe – e por outras figuras, fundando sua autoestima, a imagem enamorada de si, a função psíquica do *Eu Ideal*, etapa do desenvolvimento retratada no mito de narciso. Não obstante, se essa etapa é importante e funda a segurança básica no nível psíquico do ser humano, constatará como igualmente importante a etapa da separação gradativa da mãe, a necessidade de transformação do desejo onipotente de relação exclusiva com ela, que repele as relações com os outros.

Ao mesmo tempo, Pellegrino realiza uma análise detida na alta função de figuras que eduquem e que estabeleçam limites, deveres e direitos, referências identificatórias que possibilitem se relacionar com outras pessoas, buscando se construir a partir dos modelos identificatórios da cultura. É um processo de um novo nascimento enquanto ser simbólico, pelo qual se origina e se desenvolve a função psíquica do *Ideal do Eu* – possibilitando a

passagem do *Eu Ideal* para o *Ideal de Eu*, do narcisismo primário para o narcisismo secundário. Para o autor, é uma etapa que possibilita transformar a busca pelo idêntico e transformar o desejo onipotente – mantenedor de fantasias de arrogância, da imposição do igual e da palavra final – na abertura ao outro, ao diálogo e ao reconhecimento do outro não idêntico e diferente, permitindo sair da impotência e do empobrecimento que o isolamento traz e assumir-se enquanto sujeito e desenvolver-se em sua *palavra plena*. Ou seja, diz respeito ao processo de socialização que permite o desenvolvimento e consistência da função alteritária do ser humano. Assim sendo:

A psicanálise é a ciência do desejo humano – ou da sexualidade humana. Ela nos mostra que, através de duras vicissitudes, a pulsão sexual caminha no sentido do amor, que constitui, fundamentalmente, a possibilidade de desejar o outro na sua alteridade carnal, na sua peculiaridade e diferença. O amor é o desejo em conformidade com a Lei. Esta, por sua vez, representa o limite imposto à onipotência do desejo, pelo qual irá abrir-se o lugar do Outro – e para o Outro –, na sua liberdade e dignidade de pessoa (PELLEGRINO, 1988, p. 98).

Portanto, o desenvolvimento do complexo de Édipo e das relações objetais é o mais determinante na perspectiva psicanalítica de Hélio Pellegrino e ressoa, por exemplo, no seu argumento psicanalítico e político de ser contrário à pena de morte, dentre outros temas. Para ele, existem implicações libertárias na psicanálise ao discutir o processo da passagem pelo complexo de Édipo no sentido de compreender os elementos que fundam o desenvolvimento do ser humano ao nível intrapsíquico, reconhecendo no outro a sua alteridade, na busca por se desenvolver também em suas diferenças, com os outros, em relações libertárias em direitos e deveres e não autoritárias. Nesse sentido, a ciência psicanalítica:

Do ponto de vista teórico, ela concebe um processo de desenvolvimento do desejo – autoerótico, homoerótico ou narcísico, heteroerótico – que visa ao Outro, à diferença, à alteridade. O desejo maduro, adulto, tendo passado pelo desfiladeiro do Édipo e, portanto, tendo em si inscrita a letra da Lei, pretende uma relação

amorosa, livre e libertária, igual em direitos e deveres. A genitalidade transcende, por sua estrutura, o modelo dual da relação sado-masoquista, do senhor e do escravo. Ela implica a liberdade, já que é um vínculo entre dois sujeitos humanos, sendo a liberdade o centro da subjetividade.<sup>14</sup>

Para o autor, essa é uma verdade central no pensamento psicanalítico; contudo, insiste que ela é frequentemente esquecida e negada até mesmo nesse campo, que ideologicamente nega, esquece ou coloca em segundo plano o caráter de reciprocidade e de pacto fundador do psiquismo presente no complexo de Édipo, o qual aponta para a sexualidade humana madura aberta ao diferente e à alteridade no outro e em si, construindo uma relação a partir daí. Além disso, não se discute a função da lei no sentido de garantia de um estado igualitário em direitos e deveres. Coloca-se no lugar dessa negação uma visão conservadora e ideológica da lei, muito própria de um lugar de defesa da submissão dos sujeitos, do autoritarismo, que confunde o estado democrático de direito com o poder arbitrário fundado na afirmação do autoritarismo e de manutenção de privilégios. Isso, para o autor, denuncia uma distorção ideológica e elitista da teoria: “O a-politicismo da psicanálise, além de roubar-lhe sua essência libertária, implica graves e numerosas consequências [...]”<sup>15</sup>. Por isso, o autor estende-se nos seus escritos sobre a discussão do elemento que considera central na problemática do complexo de Édipo e, de forma análoga, nos outros pactos estabelecidos nas demais etapas de socialização do sujeito ao longo da vida e nas instituições. Assim, critica:

Do ponto de vista institucional, as tendências incestuosas podem ser definidas como aquelas que afirmam a transcendência da instituição com respeito ao sujeito que nelas se insere. Toda instituição rígida, que exige obediência e capitulação ante as leis que a definem, é uma estrutura produtora de incesto. A interdição do incesto não deve ser, enquanto geradora de cultura, uma proibição pura

---

14. Hélio Pellegrino. *A entrada do Hélio Pellegrino. A entrada do mercado e do sistema*. FCRB, p. 1-2.

15. Hélio Pellegrino. *A entrada do Hélio Pellegrino. A entrada do mercado e do sistema*. FCRB, p. 16.

e simples. Ela é condição estruturante para a superação do espaço da família, ou da instituição familiar. A resolução da fixação incestuosa, através da aceitação – ou da integração – da interdição do incesto, implica a possibilidade de transcender uma estrutura de dependência primária e, nesta medida, implica a possibilidade de abertura ao Outro e aos Outros.<sup>16</sup>

Além desse elemento que considera central e pouco discutido, Pellegrino também analisará a função do amor enquanto elemento que confere fundamento, coesão e legitimidade à lei. Isso não numa concepção moralizante, sobretudo porque reconhece a espontaneidade constitutiva desse afeto, mas no sentido de constatar que sua presença ou ausência na estruturação do pacto tem implicações no sentido de fundar uma lógica de funcionamento psíquico, bem como formas de se vincular com o mundo externo e com os outros.

Com relação ao tema, retoma as reflexões freudianas no sentido de lembrar que, no processo da passagem pelo complexo de Édipo, o sentimento de hostilidade do menino, em relação ao pai, frequentemente é ambivalente, ou seja, também entra em conflito com o amor e admiração que é sentido pelo pai, o que permite instaurar os complexos processos de identificação. Para Pellegrino, a admiração e amor são sentimentos que ajudam a aplacar e abandonar os desejos pela mãe, pois não poderia perder o pai que também é amado, e sente mal-estar e culpa por sentir esses desejos assassinos em relação a ele. Nesse processo, o autor (PELLEGRINO, 1987a, p. 307-327) ressalta que o amor auxilia o menino na cura desse corte, ajuda-o a desligar-se da mãe, internalizar as proibições na formação da instância superegoica e descobrir outros caminhos capazes de desenvolver seus interesses e desejos amorosos na relação com outras pessoas. Logo, são construídos, no percurso do intercâmbio social, diferentes caminhos para seus desejos, estabelecendo laços sociais e se constituindo na relação com os outros. Certamente, os pais são os primeiros objetos de amor e ódio, entretanto, é inelutável e fundamental que esse amor venha a se defletir e se desenvolva com outras pessoas.

---

16. Hélio Pellegrino. *Do ponto de vista institucional as tendências incestuosas*. FCRB, p. 1.

Dessa maneira, para o autor, as formas que a interdição desenvolve na passagem do complexo de Édipo são importantes para se compreender qual é a relação do sujeito com a lei, com as proibições em geral e com as instituições, pois: “O pai representa a sociedade em geral, e suas autoridades, em particular. Comutativamente, as autoridades e as instituições – para cada um de nós – representam a figura do Pai”.<sup>17</sup> Por isso enfatiza a importância do caráter de reciprocidade no pacto edípico para a internalização das proibições e formação superegoica, uma vez que “[...] se a figura do Pai não for justa e boa, haverá uma fragilização do superego [...] Sem um bom pacto de cada pessoa com o seu superego não há verdadeira e genuína ordem social. Esse pacto é o fundamento da boa, justa e digna ordem social”.<sup>18</sup>

Hélio Pellegrino parte, assim, da referência central e determinante de como o *complexo de Édipo* se desenvolve para ilustrar um ponto de partida presente no processo estruturante e fundador do psiquismo humano a partir da constituição dos sujeitos nos processos de socialização presentes em uma sociedade, na estruturação da lei, dos pactos que estruturam as instituições, bem como os conflitos vividos internamente, entendendo esse processo como fruto de uma formação histórica dos sujeitos e da cultura. Nesse sentido, nota-se que uma lei fundada unicamente na ameaça é de frágil sustentação, pois tem seu poder sustentado pelo medo e temor e não pelo respeito, que confere coesão, dignidade e legitimidade à lei. Em sua análise: “[...] se, na resolução do Édipo, o temor é necessário, nem por isto se torna suficiente. Uma Lei que se baseie apenas no temor é uma lei perversa, liberticida – lei do cão”<sup>19</sup>.

Para o autor, essa diferença é substantiva e ilustrada pela tragédia de Sófocles, na qual evidencia-se que ele não se fixou incestuosamente aos pais Políbio e Mérope, com os quais experienciou o amor e uma lei justa, que possibilitou internalizar as proibições do incesto e do parricídio internamente e dar coesão à estruturação de sua instância superegoica. O que revela esse solo é o fato de que ele teve segurança para sair da cidade e escolher

---

17. Hélio Pellegrino. *Fenômeno portentoso. Nada fica a dever a uma tragédia grega*. FCRB, p. 1.

18. Idem, p. 3.

19. Hélio Pellegrino. *O tema da nossa mesa-redonda é sexualidade e poder*. FCRB, p. 6.

seu próprio caminho fora da dependência infantil e incestuosa à família, mesmo que o destino, simbolizado pela figura do oráculo, lhe apontara que cometeria incesto e parricídio contra quem acreditara, até então, que eram os seus pais. Fica explícito que ele se viu preso a uma dependência anterior, referida dependência infausta aos pais que tentaram assassiná-lo, Laio e Jocasta.<sup>20</sup>

Dessa forma, tendo como ponto de partida a compreensão freudiana de que a internalização da lei e o superego são herdeiros do complexo de Édipo, propõe a análise dos elementos coesivos que fundam um processo humanizatório, reconhecendo a função estruturante da proibição, do amor, dos processos de identificação, construção do Ideal do Eu e da função coesiva do caráter de reciprocidade em direitos e deveres no processo de internalização da lei no pacto edípico.

Essa compreensão ganha longo alcance nos escritos de Hélio Pellegrino que discutem a estruturação dos quadros esquizoides, dos quadros depressivos e da formação de sintomas em geral, delineando e desenvolvendo uma psicogênese da psicopatologia, que tem como pano de fundo a seguinte concepção: “A possibilidade de reativação das situações psicopatológicas básicas vai depender, obviamente, das condições concretas de vida, mas o fator preponderante e o grau em que foram internalizados os objetos, no estágio de dependência infantil”.<sup>21</sup>

Nesse sentido, podemos dizer, há um campo socialmente orientado na perspectiva de Hélio Pellegrino na compreensão da psicopatologia e dos fenômenos psicopatológicos. Para o autor, é fundamental compreender como a internalização da lei vai se constituir, a partir da história concreta dos sujeitos, o que comunica as formas que o complexo de Édipo assume na cultura. Essa perspectiva reforça a necessidade de se garantir os direitos da criança de uma educação libertadora, de cuidados, de alimentação, de limites e de saúde enquanto condições elementares para estruturar os elementos coesivos da instância superegoica. Contudo, enfatizará a análise de que as formas de interdição presentes na cultura são muito mais adoecedoras do que fundado-

---

20. Hélio Pellegrino. *Vamos falar de Édipo, herói de uma velha lenda tebana*. FCRB.

21. Hélio Pellegrino. *O interesse predominante em pacientes esquizoides*. FCRB, p. 10.

ras de uma coesão social que garanta condições dignas para o sujeito se desenvolver a partir da garantia de direitos e de deveres inalienáveis, liberdade de pensamento crítico, dentre outras condições estruturantes.

Pelo contrário, constata um contexto de desigualdade, opressão, violência, autoritarismo nas instituições em geral e nos processos educativos autoritários. Por isso vê como fundamental a desconstrução da noção da educação pelo autoritarismo, partindo da constatação do contexto que viveu: “[...] vivemos numa cultura patriarcal, autoritária. Nós aprendemos a ter, pela autoridade, uma tolerância quase ilimitada. Somos educados para a obediência e a submissão”.<sup>22</sup> Para ele, a estrutura de violência e arbítrio ilustradas na obra de Sófocles, na relação de Laio, Jocasta e Édipo são emblema de que a lógica do autoritarismo e da violência é marcada por fixações, dependência infausta a objetos maus, ausência de pensamento crítico e pela ausência da internalização de uma lei justa, igualitária, estruturante do desejo, tampouco fundada na noção de justiça em direitos e deveres. Por isso, está absolutamente convencido de que é preciso desconstruir a ideia da educação pelo autoritarismo e pela dor, pois estas não constroem uma via de mão dupla do ponto de vista intrapsíquico e social, conforme é bem retratado por Freud:

[...] a identificação com o pai constrói um lugar permanente para si mesma no ego. É recebida dentro deste, mas lá se estabelece como um agente separado, em contraste com o restante do conteúdo do ego. Damos-lhe o nome de superego e atribuímos-lhe, como herdeiro da influência parental, as funções mais importantes. Se o pai foi duro, violento e cruel, o superego assume dele esses atributos e nas relações entre o ego e ele, a passividade que se imaginava ter sido reprimida é restabelecida. O superego se tornou sádico e o ego, masoquista, isto é, no fundo, passivo, de uma maneira feminina. Uma grande necessidade de punição se desenvolve no ego, que em parte se oferece como vítima ao destino e em parte encontra satisfação nos maus tratos que lhe são dados pelo superego (isto é, no sentimento de culpa), pois toda punição é, em última análise, uma castração, e, como tal, realização da antiga atitude passiva para com o pai. Mesmo o Desti-

---

22. Hélio Pellegrino. *Fenômeno portentoso. Nada fica a dever a uma tragédia grega*. FCRB. p. 1.

no, em última instância, não passa de uma projeção tardia do pai (FREUD, 1928/1996, p. 190.)

Nesse sentido, discorrerá sobre a função da repressão para a transformação de fantasias onipotentes, incestuosas e parricidas direcionadas aos pais, ou seja, discorrerá sobre a importância da Lei que necessariamente passa pela função da autoridade na estruturação de um poder, a um nível externo e que efetivamente gere efeitos psíquicos estruturantes para o sujeito de internalização de limites. Isso implica etapas de muitas renúncias e diferentes aprendizagens ao longo da história de vida do sujeito, que passam pela educação familiar, pela escola, pelas aprendizagens para o trabalho, ou seja, tudo o que faz com que o sujeito não fique abandonado à própria sorte ou estruturado a partir de uma lógica do *laissez-faire*. Aqui, cabe expor uma diferença fundamental presente em seu pensamento entre o conceito de *lei* e de *poder*, bem como a articulação entre essas noções. Para ele:

Não existe Lei sem poder, embora, desgraçadamente, a recíproca não seja verdadeira. Uma Lei sem poder é uma lei desativada – de pijama. Para que uma lei seja válida, é preciso que ela tenha poder de interdição, de constrição e de punição. [...] É exatamente o que ocorre com a Lei estruturante do desejo humano. Refiro-me à Lei da Cultura, ou Lei do Pai, ou Pacto Edípico, que interdita o incesto. Ela tem validade universal, conforme demonstrou Freud em seu livro *Totem e Tabu*, e constitui não apenas a gramática elementar do desejo, mas o fundamento do processo civilizatório. [...] O ser humano é salto, é passagem qualitativa de natureza para a cultura. Ao nível da sexualidade, esse salto é promovido através do complexo de Édipo – e sua resolução. Pelo Édipo, a sexualidade se humaniza – e se homeniza – e se insere no circuito de intercâmbio social. Ela deixa o plano da especularidade narcísica para tornar-se comunitária e alteritária. O ser-outro, próximo a mim, surge como consequência do Édipo e da linguagem.<sup>23</sup>

O reconhecimento coesivo da função da Lei está na constatação do valor do estabelecimento de exigências civilizatórias e no valor do estabelecimen-

---

23. Hélio Pellegrino. *O tema da nossa mesa-redonda é sexualidade e poder*. FCRB, p. 1-2.

to de garantias das condições dignas de vida. Esta mantém o caráter de reciprocidade em direitos e deveres, numa via de mão dupla: marcando uma concepção contrária à noção da lei pela via única do temor, da submissão e capitulação dos sujeitos, a qual não mantém o caráter de reciprocidade do pacto edípico, mas gera fixações, mentalidades autoritárias e um pacto pelo *poder perverso*.

Isso posto, vale retomar uma mediação central no pensamento do autor, acerca da estruturação do trabalho para a compreensão dos fundamentos coesivos ou disruptivos na estruturação econômica, social e política de um tempo.

### **Fundamentos coesivos do processo civilizatório ao nível da estruturação do trabalho: pacto econômico, político e social**

Hélio Pellegrino fará uma analogia estrutural entre os elementos coesivos presentes no pacto edípico, passando por uma análise do contexto familiar, pela forma como se desenvolvem os processos educativos nas instituições de ensino e pela centralidade dos elementos coesivos do processo civilizatório ao nível da estruturação do trabalho em uma sociedade. Ressaltando seu caráter de reciprocidade e de justiça, numa via de mão dupla, afirmará: “O processo civilizatório, em seu conjunto, obedece a uma mesma linha estratégica. Ela exige progressivas e dolorosas renúncias, mas, em troca, fica obrigada para legitimar-se, a criar direitos e vantagens correspondentes” (PELLEGRINO, 1984).

Essa é uma constatação do elemento básico que forma a liga para a coesão da vida social, que reafirma seu caráter de via de mão dupla, pela qual, na medida em que se fundamenta em renúncias e exigências, deve garantir, em troca o “[...] direito a tudo aquilo que seja indispensável à [...] integridade física, psíquica e espiritual”,<sup>24</sup> o que implica a necessidade de um pacto social que garanta condições econômicas, de trabalho, de saúde, de educação e de lazer para si e para sua família, de forma igualitária para toda a popula-

---

24. Hélio Pellegrino. *Massacre no Manicômio*. FCRB, p. 2.

ção, além da garantia fundamental ao direito de protesto, enquanto garantia inalienável do trabalhador.

Assim, entende-se o porquê da necessidade de um pacto social que implique em transformar a atual estruturação do trabalho, fundada em um pacto perverso de desigualdade presente na relação entre ricos e pobres, cujo retrato é da “Riqueza: o supérfluo de alguns, acumulado à custa do indispensável de muitos. Construir um sistema social em que a necessidade de muitos seja mais importante do que o supérfluo de alguns: ideal socialista.”<sup>25</sup> E tem a clareza que essa transformação não se fará enquanto o modo de produção do capitalismo permanecer, uma vez que, em menor ou maior grau de desigualdade e desumanidade, ele se pauta em uma estrutura de trabalho na qual:

Dinheiro gera dinheiro, para os que o possuem, ao passo que o trabalho cria a pobreza para os que trabalham – quando conseguem trabalhar. E, para coroar tudo, o poder arbitrário, [...] a impunidade triunfante, a cupidez sem limite, o consumismo sem freio, tudo isto, de um só lado – o dos donos da vida. Do outro lado, o rosto anônimo da miséria: [...] milhões de brasileiros condenados à penúria absoluta (PELLEGRINO, 1984).

Desse modo, compreende-se que essa forma de distribuição desigual da riqueza produzida pelos trabalhadores de uma sociedade, mas concentrada nas mãos de uma minoria que detém os meios de produção, somada ao exército de desempregados do capitalismo no mundo, retrata uma lógica estruturada não pela igualdade real, mas pelo arbítrio e pelos privilégios, fundando condições desiguais e iníquas de vida. Isso necessariamente gera uma crise dos fundamentos da vida social ao fundar um pacto perverso de poder e não a concretização de uma lei igualitária para todos, em deveres e direitos.

---

25. Hélio Pellegrino. *Marxismos e Psicanálise, dois instrumentos de desmistificação*. FCRB, p. 6.

## **Pacto perverso na estruturação vida social**

Hélio Pellegrino insistirá na necessidade de se gerar a prática de uma lei justa, igualitária, libertária e não tirana, assim como a garantia inalienável de direitos e deveres, numa via de mão dupla. A resolução do complexo de Édipo implica desejar o outro em sua alteridade e em sua condição de sujeito, o que implica o reconhecimento e trabalho pela garantia igualitária das condições de vida para todos. Para o autor, a saída do complexo de Édipo implica possibilitar o desenvolvimento da sexualidade humana madura.

Assim, analisa, por outro lado, a formação de sintomas e acontecimentos históricos que são expressão de uma patologia social e retrato de uma crise de fundamentos da vida social, produzidos pela lógica de privilégios e que estruturam, de forma solidária, diferentes tendências que insistem em se impor em diversas instituições e em permanecer na vida social: no Estado, na política, na violência policial, nas prisões, nos manicômios, em determinadas formas de ensino, nas instituições psicanalíticas, etc. Para o autor, esses fenômenos sociais presentes nessa crise devem ser pensados como faces de uma mesma moeda, ou seja, devem ser pensados em sua condição de sintoma de uma crise de fundamentos da vida social que se desenvolve de maneira solidária – da qual todos fazemos parte e somos responsáveis pela sua manutenção ou transformação.

## **Paranoia, ódio e violência contra o trabalhador e contra o pobre**

A sequência de diversos sintomas sociais e fatos históricos presentes na constituição do Brasil é retomada pelo autor, que analisa o fundamento intrapsíquico do sintoma da paranoia, ódio e violência contra o pobre e o trabalhador na história do país enquanto elemento importante para a compreensão de como ele costura, de maneira solidária, diversos sintomas sociais como o racismo, o anticomunismo, os manicômios, as prisões, a violência policial etc.

Dentre os fatos concretos presentes na ditadura militar que ocupam lugar de metáfora, o autor insistirá no não esquecimento da operação Rio-

centro, manifestando sua revolta diante do arquivamento desse processo, que revelou, mais uma vez, a extrema direita em todo o período do golpe militar no país. Vale lembrar a verdade por trás do episódio que, em 1981, na data simbólica de comemoração do dia do trabalhador, representantes do Estado ditatorial da extrema direita do governo planejaram a explosão de bombas no grande evento que reuniria mais de 30.000 pessoas. O intuito era culpar a esquerda pelo ato terrorista da extrema direita presente no exército, buscando sistematicamente criminalizar a esquerda e os trabalhadores. O objetivo era também impedir a reabertura democrática, legitimar a continuidade do sistema ditatorial e da perseguição dos que se opunham ao regime e lutavam pela construção da democracia do país, por salários dignos, saúde, educação, direitos sociais e políticos para todos. O ato concreto e simbólico é uma representação tão séria da crise de fundamentos coesivos de um processo civilizador que, seguindo com o pensamento do autor, permitem a comparação de que os fenômenos sintomáticos que ocorrem no Brasil no que se assemelha a uma tragédia grega.<sup>26</sup>

Para o autor, a farsa que se revelou nesse fato histórico foi expressão, mais uma vez, de que a busca por criminalizar a maioria da população trabalhadora se pauta no ódio da classe dominante e no uso da violência para a manutenção de seus privilégios. Isso se constrói por meio do mecanismo intrapsíquico da paranoia e da projeção dos seus próprios crimes no outro para justificar a perseguição, a criminalização, a violência, a tortura e a eliminação do outro. O que aponta para o fato de que o anticomunismo e o racismo são sintomas da estrutura social da dominação de classes e que:

A luta contra a subversão é a justificativa espúria pela qual os ricos, em nome do ocidente cristão e de outras balelas, tentam legitimar sua crueldade e seu egoísmo. O subversivo, por sua vez, é a representação paranoica e persecutória de uma culpa social vomitada, não assumida. Ele encarna, para as classes dominantes – e para a repressão que as sustenta –, o vingador construído à imagem e semelhança de seus mais repulsivos pecados. Por isso, tem que ser arrasado, varrido do mapa da cultura, sem que dele reste osso so-

---

26. Hélio Pellegrino. *Fenômeno portentoso. Nada fica a dever a uma tragédia grega*. FCRB, p. 1.

bre osso. Ou, na melhor das hipóteses, encarcerado, inanistiável, sob o rótulo infamante de terrorista.<sup>27</sup>

Tudo isso expressa uma estrutura social fundada na negação de abrir mão de um desejo onipotente, na negação da internalização da lei igualitária em direitos e deveres – própria da passagem pelo pacto edípico e social –, mas rompe com esse pacto e provoca uma ruptura ininterrupta ao usar todos instrumentos em busca de impor a violência para a garantia de privilégios a uma minoria da população, ou seja, expressa o rompimento com os fundamentos coesivos do pacto social no nível estrutural e intrapsíquico.<sup>28</sup>

Não à toa, vemos que a preocupação e insistência no reconhecimento da diferença entre a soberania da Lei e a soberania do Poder é central no pensamento psicanalítico de Hélio Pellegrino e se manifesta também na análise que tece sobre a prática da tortura em uma sociedade como expressão de uma negação:

Esta tendência, por sua própria estrutura, acaba por tornar-se incompatível com o reconhecimento – e acatamento – da soberania da lei. Se me atribuo um estatuto de infalibilidade, coloco-me necessariamente fora do alcance da lei, já que para mantê-lo não posso, em nenhum momento, admitir qualquer instância a cujo arbitramento me venha a submeter. Se sou perfeito, não posso errar. Se não posso errar, não há por que deva eu abrir espaço para a lei, uma vez que esta, transcendente a mim, denuncia a minha possibilidade de erro e, nesta medida, me denuncia como vulnerável, falível, imperfeito.<sup>29</sup>

Dessa forma, na articulação entre plano teórico e político, viu na essência da psicanálise os fundamentos de uma ciência, de uma ética da alteridade e de um trabalho radicalmente contrário a qualquer forma de autoritarismo e opressão. Desse lugar e em diferentes campos de atuação, batalhou contra o que mantinha a adesão teórica, filosófica e prática ao autoritarismo e ao

---

27. Hélio Pellegrino. *Democratização da tortura*, 1979, FCRB, p. 2.

28. Hélio Pellegrino. *A dialética da tortura: direito versus direita*. FCRB.

29. Idem, p. 10.

regime da ditadura militar no Brasil: foi colunista; porta-voz de intelectuais e estudantes em protestos – como a *Passeata dos Cem Mil*, que foi o maior protesto convocado registrado após o golpe de 1964. Seguiu fazendo depoimentos e escrevendo nos meios de comunicação, analisando e denunciando a sistemática violação de direitos na realidade de diversas instituições do país. Contudo, o sangrento Ato Institucional Número 5 (AI-5), da Lei de Segurança Nacional, decreta sua prisão pelos artigos publicados no *Correio da Manhã*. Esta, por sua vez, durou três meses, no início do ano de 1969; período no qual fez um pedido à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, na qual compunha o quadro de psicanalistas, para escrever-lhe um documento no qual constasse que a prisão arbitrária iria afetar os atendimentos aos seus pacientes; o que foi negado pela Sociedade sob a alegação de que ela não poderia se intrometer em assuntos políticos.

Contraditoriamente, a mesma instituição se vale da farsa da neutralidade de forma oportunista para aceitar e manter em seus quadros de candidatos a analista um agente da tortura do DOI-CODI na ditadura militar. Ou seja, acobertou, nas palavras de Pires, os crimes do: “[...] médico militar Amílcar Lobo, que logo seria denunciado por seu envolvimento com sessões de tortura, atendendo aos prisioneiros para mensurar sua resistência em meio aos ‘interrogatórios.’” Anos depois, em setembro de 1980, em uma série de debates na PUC, sobre a relação entre psicanálise e política, que entraram para a história do movimento psicanalítico e explodiram uma grande crise no campo, surgiu na plateia a denúncia do professor Rômulo Albuquerque sobre as torturas que sofrera e de que a sociedade tinha consciência dos crimes de Amílcar Lobo. A partir desse depoimento, Hélio Pellegrino solicitou por diversas vezes à SPRJ que recebesse os presos políticos para escutar suas denúncias acerca da atuação de Amílcar Lobo na tortura e se posicionar. Ao contrário do que se esperaria de uma sociedade democrática, a instituição não aceitou suas solicitações, mas respondeu expulsando Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, sem direito de defesa, os quais tiveram que enfrentar batalha judicial para serem reintegrados.

Esses fatos envergonham a história hegemônica das sociedades psicanalíticas que se aliaram a regimes autoritários no país ou se omitiram frente a eles, sustentando-se numa forma ideológica de praticá-la como se fosse pos-

sível considerá-la uma ciência neutra, pura e apolítica, alheia aos problemas sociais de sua realidade; o que, para o autor, nada tem a ver com a ciência psicanalítica em si, mas se constitui num instrumento que serve e se beneficia da manutenção de privilégios da classe dominante.

Contudo, as diversas denúncias públicas de Hélio Pellegrino acerca da falência do autoritarismo e da história de pactos perversos no modelo de formação psicanalítica da IPA, tiveram desdobramentos em algumas conquistas democráticas e conquistas civilizatórias no Brasil, pois, graças aos grandes protestos do povo brasileiro e à sua participação marcante pelo fim da ditadura, pela redemocratização do país e pela responsabilização de torturadores, ocorre o reconhecimento público de que havia prática de tortura no regime militar e é uma das primeiras vezes que um torturador – Amílcar Lobo – em crise de consciência, passa a assumir a verdade de que o Estado e a polícia exerciam práticas de tortura. Roberto Mello ressalta o aspecto de que esta participação teve um efeito de ato analítico, à medida que “contribuiu para a reconstrução, não só da história da psicanálise, mas também da própria história brasileira.”, no sentido de luta pela responsabilização dos torturadores e democratização das instituições, processo que ainda temos muito a conquistar.<sup>30</sup>

## Considerações finais

O modelo crítico, estrutural e relacional presente no pensamento psicanalítico de Hélio Pellegrino deixa um legado de importância fundamental para a área. A começar pela relação entre sua trajetória, a ousadia de sua atuação e a coragem intelectual de seu pensamento, cujas contribuições temáticas abrem novos horizontes não só para a psicanálise, mas também para as outras áreas das ciências humanas, rompendo o tabu temático e teórico sobre a relação entre literatura nacional; democracia, liberdade de expressão; a violências do cotidiano; as iniquidades das desigualdades so-

---

30. *Carta a Madame Roudinesco*. Disponível em: <<https://ermiracultura.com.br/2023/10/01/carta-a-madame-roudinesco/>>.

ciais; a criminalidade brasileira enquanto um sintoma social; a violação de direitos; os mecanismos intrapsíquicos de adesão ao autoritarismo; os sentidos do uso da tortura no país e sua expressão de um sintoma da direita; a função da criação do rótulo de subversivo; os sintomas da direita e da ideologia burguesa como o ódio e paranoia contra o pobre, os trabalhadores e a esquerda; sintomas como o racismo e o anticomunismo; o sistema manicomial e nosocomial psiquiátrico; a violência policial; o sistema prisional e a violência que é solidária e que estrutura diversas instituições, formando um retrato das possibilidades e impeditivos ao processo civilizador no país.

Ademais, é uma leitura comprometida com a libertação das condições que vilipendiam a dignidade humana e que silenciam, anulam, objetificam sua condição de sujeito, de alteridade e de liberdade. Nesse sentido, em sua perspectiva sobre o pacto edípico, o pacto social e todas as outras análises que propõe sobre os problemas da realidade brasileira também reside seu alcance ético sobre os fundamentos coesivos no processo civilizador e seus entraves em geral. Por isso, ao mesmo tempo, tem alcance universal e interessa a toda a psicanálise e outras áreas do saber, enquanto perspectiva teórica importante dentre os teóricos do processo civilizador.

A humanidade está em crise humanitária, ambiental e o autor convoca todos à tarefa de investimento e luta pela sobrevivência humana. Procurei construir uma memória dos trabalhos psicanalíticos de um autor que levou suficientemente a sério a necessidade de pensar esses problemas na psicanálise e no Brasil. Nesses tempos difíceis, acredito que seja importante trazermos à luz as memórias e contribuições teóricas, éticas e políticas do pensamento de pensadores libertários como Hélio Pellegrino, enquanto referência fundamental dentre os intelectuais que contribuíram para a história do país e de uma psicanálise comprometida com a luta pela garantia de direitos de todos.

As reflexões que tece sobre os heróis nacionais e sobre realidades arquetípicas dos fenômenos que ocorriam nas diferentes instituições brasileiras, a partir das contribuições da literatura nacional, também imprimem características particulares na perspectiva psicanalítica que Hélio Pellegrino elabora acerca dos elementos coesivos e impeditivos a um processo civilizador

humanizador. Apresenta, assim, elementos de análise que expressam importantes contribuições do que talvez possamos supor como características de uma psicanálise brasileira, tupiniquim.

Por fim, o autor sabia que sua presença representava uma escolha a favor de uma psicanálise heterodoxa, ao mesmo tempo, em suas palavras: “[...] embasada na tradição freudiana, comprometida com a verdade, enraizada na cultura brasileira, à procura de rumos humanizadores e libertadores” (p. 1). Sem dúvida, podemos afirmar a importância da perspectiva psicanalítica que o autor representa enquanto referência fundamental de um pensador cujo legado demora a ser reconhecido nas universidades, nas instituições psicanalíticas, nas referências dentre os autores intérpretes do Brasil e do Pensamento Social Brasileiro, cujo sonho e trabalho se deram no sentido de vislumbrar um processo civilizador humanizatório, igualitário e libertário para todos os homens, como tarefa primeira da vida.

Pelo valor da análise epistemológica que desenvolve, pela reflexão crítica dos conceitos fundamentais da psicanálise, pelas contribuições acerca dos sentidos nos fatos e simbólicos do processo civilizador, pelas contribuições acerca do compromisso social da psicanálise, pelos ideais de transformação social que representa, Hélio Pellegrino deve ser um dos pensadores mais importantes que a cultura nacional e a psicanálise já criaram. Afinal, faz pensar: a psicanálise, a que se destina?

## Referências

CALLIGARIS, C. *O grupo e o mal. estudo sobre a perversão social*. Prefácio Jurandir Freire Costa. Tradução de Jorge Bastos Cruz. São Paulo: Fósforo, 2022.

CASTRO, L. L. de. *A coragem de Hélio Pellegrino de romper o silêncio na psicanálise: implicações teóricas, éticas e políticas*. Tese. (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, UnB, 2021.

DESINSTITUTE. Painel saúde mental: 20 anos da Lei 10.216/01. Brasília, 2021.

ERMIRA: cultura, ideias e redemoinhos. *Carta a Madame Roudinesco*, 01 out. 2023. Disponível em: <<https://ermiracultura.com.br/2023/10/01/carta-a-madame-roudinesco/>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

FREUD, S. (1928). Dostoievski e o parricídio. In: \_\_\_\_\_. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 190. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).

\_\_\_\_\_. (1940). Um exemplo de trabalho psicanalítico. In: \_\_\_\_\_. *Moisés e o mono-teísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 23).

PELLEGRINO, H. *Democratização da tortura*. FCRB, 1979.

\_\_\_\_\_. Psicanálise da criminalidade brasileira: ricos e pobres. *Folha de São Paulo*, 1984.

\_\_\_\_\_. Édipo e a Paixão. In: *Os sentidos da paixão*. São paulo: Companhia das Letras. 1987a.

\_\_\_\_\_. Pacto edípico e pacto social. In: *Grupo sobre grupo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987b.

\_\_\_\_\_. *A burrice do demônio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

PIRES, P. R. *Hélio Pellegrino: a paixão indignada*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

\_\_\_\_\_. Biografia. In: FROTA, L. C. (Ed.). *Arquivinho de Hélio Pellegrino*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2004.

SEMPRE UM PAPO. *Fernando Sabino e Hélio Pellegrino, Edição Histórica 1987*. YouTube, 12 dez. 1987. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=z9aFd8\\_lgdc](https://www.youtube.com/watch?v=z9aFd8_lgdc)>. Acesso em: 05 abr. 2024.

Maio de 2024

**Larissa Leão de Castro**

larissa.leao.castro@gmail.com

Brasília - DF - Brasil